

EDITAL DE ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR

O(A) Dr(a). **JOSÉ ROBERTO GOMES JUNIOR**, Juiz(a) Titular da 2ª Vara do Trabalho de ARAUCÁRIA/PR **FAZ SABER**, a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele tomarem conhecimento, que ficam designados Alienação por iniciativa particular a ocorrer entre os dias **18 de novembro de 2024 e 29 de novembro de 2024 encerrando às 13:00** pelo site **www.nakakogueleiloes.com.br** e que será realizada pelo Leiloeiro Público Oficial Paulo Roberto Nakakogue (Matrícula JUCEPAR N.º 12/048-L), relativos aos bens penhorados nos autos a seguir relacionados:

Foi designada para realização da.

Autos nº.	0001374-19.2015.5.09.0594 - RTOrd
Vara	02ª Vara do Trabalho de Araucária/PR
Exequente (01)	TATIELY DOS SANTOS LEITE (CPF/CNPJ 068.980.709-08)
Adv. Exequente	Livio Bigolin Junior (OAB/PR 56.191), Anderson Malagurti (OAB/PR 56.159) (fls. 13)
Executado (a) (01)	CEDILAPA - CENTRO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM LAPA LTDA (CPF/CNPJ 11.415.120/0001-76)
Adv. Executado	Valerio Schmidt (OAB/PR 11.299) Luiz Carlos Gemin (OAB/PR 18.320)
Executado (a) (02)	ELIZABETE DA CUNHA PORTES (CPF/CNPJ 470.309.769-91)
Adv. Executado	Luiz Carlos Gemin (OAB/PR 18.320)
Executado (a) (03)	AUGUSTO D AVILLA PARANA (CPF/CNPJ 754.667.409-34)
Adv. Executado	Ivanil Moreira da Luz (OAB/PR 78.575)
Depositário Fiel (1)	PAULO ROBERTO NAKAKOGUE
End. da Guarda (01)	Rua Senador Accioly Filho, 1625, Cidade Industrial, Curitiba/PR, CEP 81310-000
Penhora realizada	26/08/2019 (fls.423/424)
Qualificação do(s) Bem (01)	R\$ 7.500,00
Veículo YAMAHA/FAZER YS250M, Placa: AQL-1085, Cor: Vermelha, Ano/Modelo: 2008/2008, RENAVAM: 0097.569381-6, Chassi: 9C6KG017080090826, Combustível: Gasolina, Espécie/Tipo: Passageiro/Motocicleta, Categoria: Particular, Município: Lapa. Pneus em bom estado de conservação, odometro não funcionando, estado geral bom, pintura um tanto desbotada e em funcionamento.	
Total da Avaliação	R\$ 7.500,00
DÉBITOS SOBRE O BEM PENHORADO – Ônus - Bem nº 1 - DETRAN/PR: R\$ 632,11 - ATÉ 04/09/2024;	

A alienação por iniciativa particular (venda direta), que será realizada pelo leiloeiro **PAULO ROBERTO NAKAKOGUE (JUCEPAR nº 12/048L)**. O Leiloeiro e/ou se preposto ficam autorizados a efetuar a remoção do bem, assumindo o encargo de fiel depositário em substituição à pessoa indicada no auto de depósito.

Os interessados em oferecer lances deverão efetuar cadastro prévio no sítio do leiloeiro, com anuência às regras de participação lá dispostas e, também, às condições do Edital de Praça e Leilão. Ainda, deverão entregar ao Leiloeiro por e-mail e correio os documentos exigidos (cópia autenticada do RG, CPF e comprovante de residência e contrato de adesão com assinatura devidamente reconhecida firma) para homologação. O cadastro e entrega dos documentos (considerando-se a data e hora da entrega efetiva dos documentos ao Leiloeiro) devem ocorrer até 24 horas antes do início do leilão, sob pena de não homologação e impossibilidade de participação.

O Leiloeiro fará jus à comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor do lance, que será suportada pelo adquirente e paga no ato. As despesas com depósito, transporte e retirada dos bens ficarão a cargo do Adquirente.

O bem será vendido pela melhor oferta, observando-se, como mínimo, o valor correspondente **a 50% da avaliação.**

A venda poderá ser parcelada da seguinte forma: 25% (vinte e cinco por cento) à vista e o restante em até 30 (trinta) parcelas mensais, observado o valor mínimo da parcela de R\$1.000,00 (um mil reais). Efetuado o parcelamento em até seis vezes (entrada mais cinco parcelas), não haverá correção das prestações. Para parcelamento superior (entrada e seis parcelas ou mais), haverá correção de todas as prestações pela taxa SELIC. Nos termos do artigo 895, § 1º, do CPC, o parcelamento será garantido mediante caução real incidente, preferencialmente, sobre o próprio bem ou sobre outro, livre e desembaraçado, de propriedade do adquirente. Havendo duas ou mais propostas de valor idêntico, prevalecerá a que contiver menor prazo para pagamento. Persistindo a igualdade, terá preferência a proposta cronologicamente antecedente.

A proposta vencedora será formalizada em Termo de Alienação, lavrado de imediato, devidamente assinado pelo adquirente, pelo Leiloeiro e pelas partes, se acompanharem o ato (artigo 880, § 2º, do CPC). O Termo deverá ser juntado aos autos em 48h00 (quarenta e oito horas) após o prazo para recebimento de propostas, acompanhado do comprovante do depósito judicial do preço ou da entrada. Nas 24h00 (vinte e quatro horas) subsequentes, o Juízo avaliará a proposta e, atendidos os requisitos, assinará o Termo, com o que considerar-se-á perfeita, acabada e irrevogável a alienação. A partir da assinatura do Termo de Alienação fluirão os prazos legais para impugnação, independentemente de nova intimação das partes e terceiros interessados.

A aquisição mediante procedimento judicial expropriatório importa em forma originária de aquisição da propriedade, o que implica na transferência do domínio livre e desonerado de quaisquer gravames e débitos constituídos até a data da expedição da Carta de Alienação/Ordem de Entrega respectiva. O Adquirente ficará responsável pela quitação dos tributos cujos fatos geradores sejam a transmissão inter vivos, bem como os custos correspondentes.

Havendo PAGAMENTO DA EXECUÇÃO ou CONCILIAÇÃO, a venda direta somente será suspensa mediante a comprovação de pagamento de TODOS os débitos cotados nos autos, inclusive aquelas realizadas pelo senhor Leiloeiro.

Caso os exequentes, executados, credores hipotecários, cônjuges e terceiros interessados não sejam encontrados, notificados ou certificados por qualquer razão, da data de Praça e Leilão, quando da expedição das notificações respectivas, o edital de leilão valerá como intimação do ato, (Provimento Geral da Corregedoria Regional da Justiça do Trabalho da 9ª Região - Seção IV).

Araucária, 13 de setembro de 2024

**JOSÉ ROBERTO GOMES JUNIOR,
Juiz(a) Titular da Vara do Trabalho**

EDITAL DE ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR

O(A) Dr(a). **JOSÉ ROBERTO GOMES JUNIOR**, Juiz(a) Titular da 2ª Vara do Trabalho de ARAUCÁRIA/PR **FAZ SABER**, a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele tomarem conhecimento, que ficam designados Alienação por iniciativa particular a ocorrer entre os dias **18 de novembro de 2024 e 29 de novembro de 2024 encerrando às 13:00** pelo site **www.nakakogueileioes.com.br** e que será realizada pelo Leiloeiro Público Oficial Paulo Roberto Nakakogue (Matrícula JUCEPAR N.º 12/048-L), relativos aos bens penhorados nos autos a seguir relacionados:

Foi designada para realização da.

Autos nº.	0000571-36.2015.5.09.0594 - RTOrd
Vara	02ª Vara do Trabalho de Araucária/PR
Exequente (01)	NATASHA DA SILVA CEABRA (CPF/CNPJ 009.872.199-28)
Adv. Exequente	Tuliane Rasmusen Godoy do Canto (OAB/PR 73.637); Romildo Rompava (OAB/PR 62.044); Andressa Coelho Dembiski (OAB/PR 72.700).
Executado (a) (01)	PALOTINA OESTE SEGURANCA PRIVADA EIRELI (CPF/CNPJ 05.948.378/0001-35)
Executado (a) (02)	INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL (CPF/CNPJ 26.474.056/0001-71)
Adv. Executado	Angela Monteiro Tavares Da Silva Melluso (OAB/PR 16.140)
Depositário Fiel (1)	DENILSON COELHO DE HORMAN (CPF:583.488.249-87)
End. da Guarda (01)	Rua Trajano Batista Bueno, 98, Planta Laranjeiras, Piraquara/PR, CEP 83307-285
Penhora realizada	18/03/2021 (fls. 666/679)
Qualificação do(s) Bem (01)	R\$ 13.000,00
Veículo I/CHEVROLET AGILE LT, Placa: AUF-5054, Cor: Preta, RENAVAM: 0033.697133-8, Chassi: 8AGCB48X0BR249016, Marca/Modelo: 2011/2011, Combustível: Álcool/Gasolina. Espécie/Tipo: Passageiro/Automóvel, Município: Curitiba. Com avaria no capô dianteiro e no para-choque dianteiro, pintura em mal estado de conservação, pneus gastos, faróis dianteiros e traseiros avariados.	
Qualificação do(s) Bem (02)	R\$ 1.500,00
Veículo GM/CHEVROLET/PRISMA 1.4L LT, Placa ATZ6270, Cor Preto, RENAVAM: 0032.781108-0, Chassi: 9BGRP69X0CG164018, Ano/Modelo: 2011/2012, Combustível: Álcool/Gasolina, Espécie/Tipo: Passageiro/Automóvel, Município: Curitiba. Veículo em estado de sucata, sem condições de retornar a rodar. Colunas estruturais comprometidas, vidros dianteiros e laterais quebrados, interior muito danificado.	
Qualificação do(s) Bem (03)	R\$ 13.000,00
Veículo CHEVROLET/CELTA 1.0L LS, Placa: AVY-9775, Cor: Preta, RENAVAM: 0048.751389-4, Chassi: 9BGRG48F0DG101119, Ano/Modelo: 2012/2013, Combustível: Álcool/Gasolina, Espécie/Tipo: Passageiro/Automóvel, Município: Curitiba. Veículo em mal estado de conservação, com diversos pequenos amassados e arranhões, pneus gastos.	
Total da Avaliação	R\$ 27.500,00

DÉBITOS SOBRE O BEM PENHORADO – Ônus - Bem nº 1

DETRAN/PR: R\$ 14.925,37 - ATÉ 29/08/2024; ALIENACAO FIDUCIARIA - BANCO BRADESCO FINAN SA - RESTRIÇÃO JÁ UTILIZADA (EMITIDO CRV)

Ônus - Bem nº 2

DETRAN/PR: R\$ 10.602,35 - ATÉ 29/08/2024; ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - BANCO BRADESCO FINAN SA - RESTRIÇÃO JÁ UTILIZADA (EMITIDO CRV)

Ônus - Bem nº 3

DETRAN/PR: R\$ 12.504,80 - ATÉ 29/08/2024; ALIENACAO FIDUCIARIA - BANCO GM SA - RESTRIÇÃO JÁ UTILIZADA (EMITIDO CRV)

A alienação por iniciativa particular (venda direta), que será realizada pelo leiloeiro **PAULO ROBERTO NAKAKOGUE (JUCEPAR nº 12/048L)**. O Leiloeiro e/ou se preposto ficam autorizados a efetuar a remoção do bem, assumindo o encargo de fiel depositário em substituição à pessoa indicada no auto de depósito

Os interessados em oferecer lances deverão efetuar cadastro prévio no sítio do leiloeiro, com anuência às regras de participação lá dispostas e, também, às condições do Edital de Praça e Leilão. Ainda, deverão entregar ao Leiloeiro por e-mail e correio os documentos exigidos (cópia autenticada do RG, CPF e comprovante de residência e contrato de adesão com assinatura devidamente reconhecida firma) para homologação. O cadastro e entrega dos documentos (considerando-se a data e hora da entrega efetiva dos documentos ao Leiloeiro) devem ocorrer até 24 horas antes do início do leilão, sob pena de não homologação e impossibilidade de participação.

O Leiloeiro fará jus à comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor do lance, que será suportada pelo adquirente e paga no ato. As despesas com depósito, transporte e retirada dos bens ficarão a cargo do Adquirente.

O bem será vendido pela melhor oferta, observando-se, como mínimo, o valor correspondente **a 50% da avaliação.**

A venda poderá ser parcelada da seguinte forma: 25% (vinte e cinco por cento) à vista e o restante em até 30 (trinta) parcelas mensais, observado o valor mínimo da parcela de R\$1.000,00 (um mil reais). Efetuado o parcelamento em até seis vezes (entrada mais cinco parcelas), não haverá correção das prestações. Para parcelamento superior (entrada e seis parcelas ou mais), haverá correção de todas as prestações pela taxa SELIC. Nos termos do artigo 895, § 1º, do CPC, o parcelamento será garantido mediante caução real incidente, preferencialmente, sobre o próprio bem ou sobre outro, livre e desembaraçado, de propriedade do adquirente. Havendo duas ou mais propostas de valor idêntico, prevalecerá a que contiver menor prazo para pagamento. Persistindo a igualdade, terá preferência a proposta cronologicamente antecedente.

A proposta vencedora será formalizada em Termo de Alienação, lavrado de imediato, devidamente assinado pelo adquirente, pelo Leiloeiro e pelas partes, se acompanharem o ato (artigo 880, § 2º, do CPC). O Termo deverá ser juntado aos autos em 48h00 (quarenta e oito horas) após o prazo para recebimento de propostas, acompanhado do comprovante do depósito judicial do preço ou da entrada. Nas 24h00 (vinte e quatro horas) subsequentes, o Juízo avaliará a proposta e, atendidos os

requisitos, assinará o Termo, com o que considerar-se-á perfeita, acabada e irretratável a alienação. A partir da assinatura do Termo de Alienação fluirão os prazos legais para impugnação, independentemente de nova intimação das partes e terceiros interessados.

A aquisição mediante procedimento judicial expropriatório importa em forma originária de aquisição da propriedade, o que implica na transferência do domínio livre e desonerado de quaisquer gravames e débitos constituídos até a data da expedição da Carta de Alienação/Ordem de Entrega respectiva. O Adquirente ficará responsável pela quitação dos tributos cujos fatos geradores sejam a transmissão inter vivos, bem como os custos correspondentes.

Havendo PAGAMENTO DA EXECUÇÃO ou CONCILIAÇÃO, a venda direta somente será suspensa mediante a comprovação de pagamento de TODOS os débitos cotados nos autos, inclusive aquelas realizadas pelo senhor Leiloeiro.

Caso os exequentes, executados, credores hipotecários, cônjuges e terceiros interessados não sejam encontrados, notificados ou certificados por qualquer razão, da data de Praça e Leilão, quando da expedição das notificações respectivas, o edital de leilão valerá como intimação do ato, (Provimento Geral da Corregedoria Regional da Justiça do Trabalho da 9ª Região - Seção IV).

Araucária, 06 de setembro de 2024

JOSÉ ROBERTO GOMES JUNIOR
Juiz(a) Titular da Vara do Trabalho